Central Eólica Acauã II S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Página 1/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Sumário

Relatório da administração 3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais 4
Balanços patrimoniais 8
Demonstrações do resultado 9
Demonstrações do resultado abrangente 10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 11
Demonstrações dos fluxos de caixa 12
1 - Contexto operacional 13
2 - Base de preparação e apresentação 13
3 - Caixa e equivalentes de caixa 18
4 - Imobilizado 18
5 – Intangível 18
6 - Fornecedores 19
7 - Patrimônio líquido 19
8 - Transações com partes relacionadas 20
9 - Despesas operacionais 20
10 - Resultado financeiro 20
11 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos 20
12 - Compromissos 22
13 - Efeitos do COVID 22
14 - Eventos subsequentes 23

Página 2/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Senhores acionistas,

A administração da Central Eólica Acauã II S.A., subsidiária integral da Aliança Geração de Energia S.A., na condição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2021, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Em fase pré-operacional, a Central Eólica Acauã II não registrou receitas no exercício de 2021, sendo seus resultados derivados dos gastos com despesas e investimentos decorrentes da implantação do empreendimento. Cabe destacar alguns marcos importantes alcançados no período: (i) Obtenção de autorizações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a intervenção nos sítios arqueológicos localizados na área do empreendimento; (ii) Autorizações para a supressão vegetal emitida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA); (iii) Execução dos acessos e plataformas dos aerogeradores; (iv) Execução das obras civis da subestação Acauã, de interligação à Rede Básica; e, (v) Escavação e concretagem das fundações da linha de transmissão de 230 kV.

Belo Horizonte, 24 de março de 2022.

DIRETO

ICP Brasil

282.379.928-14
Glauco Rodrigo Barbosa de Moraes
08/04/2022 às 11:36

b31ff1b3c9984c63863cd293c9e2d5aa - Assinado Digitalmente

Glauco Rodrigo Barbosa de Moraes
Diretor Técnico

ICP Brasil

444.899.196-20
JOSE CLEBER TEIXEIRA
11/04/2022 às 09:08

73bf6c41e241e28b89d0fb9e0c82f9ce - Assinado Digitalmente

José Cleber Teixeira
Diretor Administrativo

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da Central Eólica Acauã II S.A

Santana dos Matos - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Acauã II S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Acauã II S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Milena dos S. Rosa
Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11	19
Total do ativo circulante		**11**	**19**
Não circulante			
Imobilizado	4	96.672	25.725
Intangível	5	4.588	4.585
Total do ativo não circulante		**101.260**	**30.310**
Total do ativo		**101.271**	**30.329**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	6	1.882	118
Tributos e contribuições sociais a recolher		177	41
Total do passivo circulante		**2.059**	**159**
Total dos passivos		**2.059**	**159**
Patrimônio líquido	7		
Capital social		61.140	18.875
Adiantamento para futuro aumento de capital		39.786	11.853
Prejuízos acumulados		(1.714)	(558)
Total do patrimônio líquido		**99.212**	**30.170**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**101.271**	**30.329**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 7/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Demonstrações do resultado

Para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas		(1.154)	(258)
Total das despesas operacionais	10	**(1.154)**	**(258)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		**(1.154)**	**(258)**
Receitas financeiras	11	-	1
Despesas financeiras	11	(2)	(301)
Resultado antes dos impostos		**(1.156)**	**(558)**
Prejuízo líquido do exercício		**(1.156)**	**(558)**
Prejuízo por ação – R$		-	-
Quantidade média ponderada de ações(em milhares)		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 8/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Demonstrações do resultado abrangente

Para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo líquido do exercício	(1.156)	(558)
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.156)**	**(558)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 9/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2019		**499**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**499**
Aumento de capital		18.376	-	-	-	-	-	18.376
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	11.853	-	-	-	-	11.853
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(558)	(558)
Em 31 de dezembro de 2020		**18.875**	**11.853**	**-**	**-**	**-**	**(558)**	**30.170**
Aumento de capital		42.265	(42.265)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	70.198	-	-	-	-	70.198
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(1.156)	(1.156)
Em 31 de dezembro de 2021		**61.140**	**39.786**	**-**	**-**	**-**	**(1.714)**	**99.212**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 10/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		**(1.156)**	**(558)**
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(89)	118
Tributos e contribuições sociais a recolher		136	-
Outros passivos		-	41
		47	**159**
Caixa gerado (consumido) pelas operações		**(1.109)**	**(399)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Adições no imobilizado	4	(69.094)	(25.725)
Adições no intangível	5	(3)	(4.585)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(69.097)**	**(30.310)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	39.786	11.853
Aumento de capital	7	30.412	18.376
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**70.198**	**30.229**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(8)**	**(480)**
No início do exercício	3	19	499
No fim do exercício	3	11	19
Redução de caixa no exercício		**(8)**	**(480)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Página 11/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 - Contexto operacional

A Central Eólica Acauã II S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 8.755 de 28 de abril de 2020, que autorizou a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica Baixa do Sítio (“EOL Acauã II”), que integra os ativos da Companhia, localizadas no município de Santana do Matos, Lagoa Nova, São Vicente do Maros e Tenente Laurentino Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa, com vencimento em abril de 2055.

A Companhia, em conjunto com Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), formam o projeto do Parque Eólico Acauã. A implantação do parque ocorreu nos municípios de Santana do Matos, São Vicente e Tenente Laurantino Cruz, estado do Rio Grande do Norte, tendo este prevista uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

Para a implantação do Complexo Eólico Acauã, foi necessária a obtenção de 6 licenças de instalação junto ao Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), sendo elas:

- Acauã I: LI nº 2019-138370/TEC/LI-0098 e 2019-138371/TEC/LI-0099 (ambas emitidas em 20/06/2020);
- Acauã II: LI nº 2019-138368/TEC/LI-0097 (emitida em 17/08/2020), 2020-150884/TEC/LS-0134 (emitida em 17/07/2020) e 2020-150885/TEC/LS-0135 (emitida em 06/07/2020);
- Acauã III: LI nº 2019-138366/TEC/LI-0096 (emitida em 26/06/2020).

A EOL Acauã II é constituída por 11 (onze) unidades geradoras de 4.200 kW (quatro mil e duzentos quilowatts) cada, e terá 46.200 kW de potência instalada e 44.814 kW de potência líquida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e enquanto não iniciar suas operações, as atividades serão mantidas através dos recursos financeiros da acionista.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$2.047. (Em 31 de dezembro de 2020, valor de R$140). Este aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento. Adicionalmente, é importante destacar que a Companhia possui o suporte financeiro da sua Controladora.

As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade é apropriado.

2 - Base de preparação e apresentação

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Página 12/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 24 de março de 2022, a Diretoria da Companhia aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 - Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("*Impairment*") de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 - Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 - Instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

2.5 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

Página 13/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

(i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto

(ii) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a a companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado.

Página 14/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada. Os ativos não incorrem em depreciação por estarem em fase de construção.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

c) Ativos Intangíveis

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Sendo a principal variação ocasionada, em virtude da amortização de seus custos que são alocados mensalmente no resultado.

d) Redução ao valor recuperável

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide Notas Explicativas nº 6.

Página 15/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há contingências classificadas como risco de perda provável ou possível. Ademais, não há provisão para desmantelamento de ativos a serem reconhecidas na atual fase do projeto e seu reconhecimento será avaliado conforme andamento da construção dos ativos para atendimento do contrato vigente.

f) Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício por meio do lucro presumido.

Nesta sistemática, são aplicadas alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

g) Resultado financeiro

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem tarifas bancárias.

2.6 - Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12); e

Página 16/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

(c) Outras Normas.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

3 - Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos saldos de bancos resgatáveis a qualquer momento, como se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias	11	19
	11	**19**

4 - Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (b).

A composição e a movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Imobilizado em curso	Total
Em 31/12/2019 (Não auditado)	**-**	**-**
Adições	25.725	25.725
Em 31/12/2020	**25.725**	**25.725**
Adições	70.947	70.947
Em 31/12/2021	**96.672**	**96.672**
Líquido em 31/12/2020	**25.725**	**25.725**
Líquido em 31/12/2021	**96.672**	**96.672**

As imobilizações em curso compreendem os gastos incorridos para construção do parque eólico. A entrada em operação do parque está prevista para setembro de 2023.

5 – Intangível

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (c).

A composição e a movimentação do ativo intangível é como segue:

Página 17/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

	Intangível em curso (a)	Total
Em 31/12/2019 (Não auditado)	-	-
Adições	4.585	4.585
Em 31/12/2020	**4.585**	**4.585**
Adições	3	3
Em 31/12/2021	**4.588**	**4.588**
Líquido em 31/12/2020	**4.585**	**4.585**
Líquido em 31/12/2021	**4.588**	**4.588**

(a) Refere-se ao custo de aquisição do estudo de viabilidade do projeto eólico.

6 - Fornecedores

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de imobilizado	1.853	118
Outros fornecedores	29	-
	1.882	**118**

7 - Patrimônio líquido

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (i).

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$61.140 (R$18.875 em 2020), representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal 61.139.560 (18.875.000 em 2020).

	31/12/2021		31/12/2020	
Acionista	**Capital R$**	**Ações**	**Capital R$**	**Ações**
Aliança Geração de Energia S.A.	61.140	61.139.560	18.875	18.875.000

b) Aumento de capital

Em 30 de abril de 2021 e 23 de dezembro de 2021, a assembleia geral extraordinária deliberou sobre o aumento de capital da Companhia no montante de R$27.011 mediante a emissão de 27.010.560 ações e R$15.254 mediante a emissão de 15.254.000 ações.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Durante o exercício de 2021, a Companhia registrou o valor de R$70.198 correspondentes a 70.198.181 ações, como adiantamento para futuro aumento de capital. Ainda durante o exercício de 2021, a Companhia integralizou capital, por meio de AFAC anteriormente efetuados, o valor total de R$42.265. O saldo remanescente será integralizado em ata de

Página 18/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

assembleia geral e extraordinária, a ocorrer em 2022.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**11.853**	**-**
AFACs efetuados	70.198	11.853
AFACs integralizados no capital social	(42.265)	-
Saldo no final do exercício	**39.786**	**11.853**

8 - Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

Empresas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aliança Geração de Energia S.A. (a)	70	213
	70	**213**

(a) Refere-se a reembolso de despesas de viagem e serviços de engenharia no exercício.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A..

9 - Despesas operacionais

A composição das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	(901)	(173)
Outras despesas operacionais	(253)	(85)
	(1.154)	**(258)**

10 - Resultado financeiro

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (g).

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	-	1
	-	**1**
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(2)	(301)
	(2)	**(301)**

11 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Página 19/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e saldos com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos incialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Custo amortizado: encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e outros devedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os fornecedores e passivos com partes relacionadas. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de seus instrumentos financeiros como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Hierarquia do valor justo

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contábil	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Categoria dos instrumentos financeiros				
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	11	11	19	19
	11	**11**	**19**	**19**
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.882	1.882	118	118
	1.882	**1.882**	**118**	**118**

Devido ao ciclo de curto prazo, o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes e fornecedores é correspondente ao seu valor contábil.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Risco de liquidez

A acionista da Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Página 20/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

	Até 1 mês	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:		
Fornecedores	1.882	1.882
	1.882	**1.882**

Risco de crédito

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

12 - Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Compromissos referentes à implantação do Projeto Eólico

Objeto	31/12/2021	31/12/2020
Aerogeradores	159.377	114.429
Contrato de obras civis	22.319	25.287
Construção de subestação e linha de transmissão	10.663	4.354
Implantação das redes locais de distribuição	7.512	8.490
Compromisso para aquisição do imobilizado	**199.871**	**152.560**

Compromissos referentes à operação do empreendimento:

A Companhia possui ainda contrato de manutenção dos aerogeradores para os próximos 10 anos, após o início da operação. O montante desse contrato para todo o período citado é de R$12.446.

13 - Efeitos do COVID

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da atividade produtiva e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

Ciente da responsabilidade com a saúde e segurança dos seus colaboradores, parceiros e comunidade, a Companhia adotou rígidos protocolos de Saúde e Segurança, com vistas a assegurar a continuidade da implantação do projeto de um lado e a mitigar a exposição dos trabalhadores envolvidos.

Página 21/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

Em decorrência da pandemia, houve atraso, por parte do Instituo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ("IPHAN"), na avaliação dos relatórios de salvamento de sítios arqueológicos identificados na área do projeto, implicando na liberação tardia dessas áreas.

Portanto, no que se referem às informações contábeis, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia aos impactos no setor elétrico; (iv) sensibilizou premissas do teste do valor recuperável de ativos e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras em decorrência deste assunto.

14 - Eventos subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2022 foram realizados adiantamentos para futuro aumento de capital em Acauã II, que perfazem R$10.001 mil.

*****

Diretoria

Glauco Rodrigo Barbosa de Moraes
Diretor Técnico

José Cleber Teixeira
Diretor Administrativo

Responsável técnico

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3

ICP Brasil
014.506.226-07
Rafael Lisboa Fernandes
08/04/2022 às 10:25

4dcfbc057e2ae8589f9bbd98b591c50a - Assinado Digitalmente

Página 22/23 - Documento assinado no Assinador Aliança. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinarweb.com.br/alianca/verificar e informe o login: 0157066 e senha: nlN63gwM

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:

Confira através da internet:
Passo 1 - Acesse o site:
https://assinarweb.com.br/alianca/verificar
Passo 2 - Digite o login: 0157066
Passo 3 - Digite a senha: nlN63gwM